

Quinta-feira

Teresina, 3 de setembro de 2015



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp  
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

• ANO XXVIII Número 10.509

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,50 - Outros Estados R\$ 4,00

COLUNISTAS

## Em Tempo

Teresina enfrenta hoje muitos problemas. Mas uma olhada no passado mostrará que houve muitos avanços na urbanização e na mobilidade urbana.

• PÁGINA 4

## Esplanada

Para um governo que maquia as contas, é surpresa barrar a arte do enfeite. A presidente Dilma vetou (nº 289) a Lei 5.712 que regulamentava a profissão de decorador.

• PÁGINA 6

## Zózimo Tavares

Os atos de corrupção que explodiram no governo da presidente Dilma Rousseff são excepcionalmente maiores que os apurados no governo Collor.

• PÁGINA 10

# Conselheiros do TCE-PI receberão auxílio-moradia

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou o pagamento de auxílio-moradia para todos os conselheiros, auditores e procuradores do Ministério Público

de Contas. Eles devem receber R\$ 4.337,74 por mês, mesmo os que têm casa própria em Teresina, sem necessidade de prestação de contas do dinheiro. A estimativa é

de que a medida custe R\$ 907 mil por ano para pagar os 19 beneficiários. A decisão dá também aos beneficiados o direito a receberem um retroativo do período de

setembro de 2009 a agosto de 2014, no total de R\$ 3.631.901,94. Só do retroativo, cada membro do TCE-PI terá direito a R\$ 221.970,55.

• PÁGINA 4

## TCE divulga nota e diz que o benefício é autorizado pela CNJ

A direção do TCE-PI distribuiu nota ontem explicando que o direito ao auxílio-moradia aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP.

• PÁGINA 4

## Assembleia aprova projetos de PPPs e dos depósitos judiciais

O Governo conseguiu ontem uma ampla vitória na Assembleia Legislativa com a aprovação de dois importantes projetos de lei do Executivo - o que viabiliza a Parceria Público-Privada (PPP) para as rodovias de Teresina, Picos e Floriano e o que autoriza o Governo do Estado a usar parte dos depósitos judiciais para pagar servidores e previdência.

• PÁGINA 3

# Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

## Crise?!

E os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vão agora receber auxílio-moradia de R\$ 4.377,73. E terão direito a uma bolada de R\$ 3,631 milhões de retroativo, correspondente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2014.

Cada conselheiro terá direito a R\$ 221.970,55. Mesmo aqueles que têm casa própria.

## Moralidade

Depois da repercussão negativa da notícia do pagamento do auxílio-moradia para os conselheiros, o Tribunal de Contas do Estado distribuiu nota explicando que o benefício está assegurado nos artigos 73 e 75 da Constituição Federal.

Informa ainda que "não se afastará, em momento algum, do cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública".

# Conselheiros do TCE receberão R\$ 4.300,00 de auxílio-moradia

**Além do benefício mensal, decisão manda pagar mais de R\$ 3 milhões referentes a retroativo a partir 2009.**

**LUCIANO COELHO**  
REPÓRTER DE POLÍTICA

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) terão agora direito a auxílio-moradia de R\$ 4.377,73 por mês, além dos mais de R\$ 26 mil de subsídio bruto que recebem. A concessão do benefício foi aprovada por unanimidade em plenário, conforme decisão publicada no Diário Oficial do Estado, e contempla também os auditores e membros do Ministério Público de Contas. A decisão dá também a eles o direito a receberem um retroativo do período de setembro de 2009 a agosto de 2014, no total de R\$ 3.631.901,94.

Só do retroativo, cada membro do TCE-PI terá direito a R\$ 221.970,55, mesmo os que têm casa própria. Vão receber o benefício os conselheiros, auditores e procuradores Abelardo Vilanova e Silva, Alisson Felipe de Araújo, Anfriso Neto Lobão Castelo Branco, Delano Carneiro da Cunha Câmara, Guilherme Xavier de Oliveira Neto, Jackson Nobre Veras, Jaime Amorim Júnior, Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, José Araújo Pinheiro Júnior, Leandro Maciel do Nascimento, Lilian de Almeida Velloso Nunes Martins, Luciano Nunes Santos, Márcio André Madeira de Vasconcelos, Olavo Rebelo de Carvalho Filho, Plínio Valente Ramos Neto, Raissa Maria Rezende de Deus, Sabino Paulo Alves Neto e Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga.

Destes, os ex-conselheiros Jaime Amorim e Xavier Neto faleceram em um acidente de avião. Os pensionistas deles devem receber a quantia equivalente a cada um. Os herdeiros de Xavier Neto receberão R\$ 65.269,29; os de Jaime Amorim ficarão com R\$ 91.485,95. Os conselheiros Sabino Paulo e Anfriso Lobão foram aposentados mas terão direito ao benefício. Sabino Paulo tem direito a R\$ 23.153,23 e Anfriso Lobão, R\$ 221.970,55.

O pagamento do auxílio-moradia segue decisão do Su-



**PLENÁRIO** do TCE-PI: conselheiros, auditores e procuradores têm direito agora a auxílio-moradia

premo Tribunal Federal (STF), que determinou o pagamento dos benefícios a todos os membros da magistratura que atuam em cidades sem residências oficiais. Assim, cada um dos beneficiários deve receber a mais, por mês, R\$ 4.337,74. Apesar do caráter indenizatório, o auxílio poderá ser pago mesmo para os servidores que pos-

suem residência fixa na cidade onde trabalha, e não será preciso prestar contas sobre a destinação deste dinheiro.

A solicitação para o pagamento retroativo do auxílio-moradia foi feita pelo conselheiro Olavo Rebelo, contemplando os membros do TCE-PI e do Ministério Público de Contas. Inicialmente, o retroativo terá o

valor de R\$ 2.750,00 no período de setembro de 2009 a setembro de 2011, e de R\$ 4.377,73 no período de outubro de 2011 a agosto de 2014, sem correção monetária e sem juros. A matéria foi decidida por unanimidade no plenário, conforme informação do TCE/PI nº 387/15 - DGP e protocolo TC - 010211/2015 de 16 de junho de 2015.

## Auditores e procuradores também têm direito

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou o pagamento de auxílio-moradia para todos os conselheiros, auditores e procuradores vinculados ao órgão. Eles devem receber R\$ 4.337,74 por mês, sem prestação de contas. A estimativa é de que a medida custe R\$ 907 mil por ano para pagar os 19 beneficiários. Além dos conselheiros, responsáveis por aprovar a proposta, também têm direito os procuradores do Ministério Público de Contas e auditores do TCE-PI.

Para obter o benefício, os servidores devem

apresentar um requerimento ao órgão. A principal justificativa apresentada pelos conselheiros do TCE-PI para a aprovação do auxílio-moradia foi a equiparação de direito com outros tribunais de contas brasileiros, além de órgãos como o Tribunal de Justiça (TJ-PI) e Ministério Público (MP-PI).

O benefício também é pago mesmo para aqueles que já possuem residência na cidade onde trabalham, e não é preciso comprovar os gastos com residência ao tribunal. **(LC)**



**CONSELHEIRO** Olavo Rebelo propôs o pagamento do retroativo, que teve a aprovação unânime do plenário

Foto: Divulgação

Foto: Divulgação



# TCE-PI justifica legalidade do benefício

A direção do TCE-PI distribuiu nota ontem explicando que o direito ao auxílio-moradia aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP, após decisão do Ministro Luiz Fux, do STF, nos autos da Ação Ordinária nº 1.773/DF.

O referido direito foi estendido aos Tribunais de Contas por força do artigos 73 e 75 da Constituição Federal, diz a nota. "Reconhecido o direito, surgiu a discussão quanto aos valores retroativos, sabendo-se que os créditos contra o Poder Público prescrevem em cinco anos, tendo o TCE-PI reconhecido o direito para evitar eventual prescrição. A decisão ocorreu em regular processo no

Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável", ratifica o documento do TCE-PI.

A nota informa ainda que, apesar de outros Tribunais já haverem efetuado o pagamento retroativo, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí até o presente momento não efetuou nenhum pagamento,

estando a buscar subsídios que embasem ainda mais uma tomada de decisão que esteja absolutamente dentro da legalidade. "O Tribunal de Contas não se afastará, em momento algum, do cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública, buscando garantir a boa e regular aplicação dos recursos e conferindo a todos os seus processos total transparência", encerra a nota. (LC)

→ **Quinta-feira**

TERESINA | ANO XX  
03 2015 | Nº 8441

meionorte.com

**meionorte**

criticasesugestoes@meionorte.com

## FECHAMENTO

21h50  
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50  
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

## DOLAR

Compra Venda  
Comercial 3,750 3,750  
Turismo 3,740 3,990

## VALORES

Poupança 0,74%  
INSS 20%  
IR 15%

## EURO

Compra Venda  
4,215 4,215

## TEMPO

Nascente 5h50  
Poente 17h51  
Máxima 32º  
Mínima 22º



TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL

## → Sessões

# TCE fará mutirão para julgar contas de 2011 a 2013

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) irão fazer sessões, em esforço concentrado, para votar, até o final de outubro, todos os processos de prestação de contas de Prefeituras Municipais, Governo do Estado e repartições públicas e fundações estaduais e municipais referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013, informou, na quarta-feira, o vice-presidente da instituição, conselheiro Olavo Rebelo.

Segundo ele, o TCE aprovou um calendário para julgar todos os processos de prestação de contas dos anos de 2011, 2012 e 2013 porque houve atrasos nos julgamentos e os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado querem atualizar a situação.

"Nós fizemos um calendário e vamos puxar todos esses processos para que nós



**OLAVO** | Conselheiro fala sobre esforço concentrado no TCE

fiqueemos em uma situação bem melhor no julgamento dos processos. Nós estamos em 2015 e vamos, a partir de outubro, nos ocuparmos com os processos de prestação de contas de 2014", disse Olavo.

O conselheiro Olavo Rebelo afirmou que o TCE precisa dar mais agilidade aos julgamentos dos processos

porque a opinião pública está cobrando que os conselheiros estão julgando um processo de 2012 em 2015 e, às vezes, os processos vão ser julgados quando os prefeitos já morreram.

O conselheiro Olavo Rebelo falou que alguns portais de notícias de Teresina veicularam reportagens

afirmando que o Tribunal de Contas do Estado do Piauí estava pagando para seus membros auxílio-moradia, o que não é verdade.

Segundo ele, o que houve foi uma consulta sobre o pagamento de auxílio-moradia para os membros do TCE. Olavo Rebelo fez uma consulta ao TCE para saber se o pagamento de auxílio-moradia era legal ou não. "Os portais estão dizendo que o Tribunal pagou, quando na realidade não pagou ninguém, apenas o Setor Jurídico está analisando se tem direito ou não para os conselheiros, os conselheiros substitutos e procuradores do TCE. Todos moram em Teresina, mas todos os juizes, desembargadores e ministros dos Tribunais Superiores têm direito a esse auxílio-moradia e, nós, pela Constituição Federal, somos equipados aos desembargadores", disse Olavo. (E.R.)

# inside

RIVANILDO FEITOSA



**HOMENAGENS** | O professor Antônio de Moura Borges com as conselheiras Waltânia Alvarenga e Lillian Martins após receber o Colar do Mérito no TCE



**PARABÉNS** | O promotor Ubiraci Rocha recebe o Colar do Mérito e os parabéns dos irmãos Iaponira e Ubirani Rocha, em evento que movimentou o TCE

LÍDER EM CREDIBILIDADE

# O Dia



**Arimatéia Azevedo**

arimateia@portalaz.com.br  
@arimateiazevedo



## Salário polêmico

O prefeito de Corrente Jesualdo Cavalcante, propôs e a Câmara municipal rejeitou a redução do seu salário (de R\$ 12 para R\$ 6 mil) e, também, cortes nos salários do vice-prefeito e dos secretários.

Antes que a plebe rude e ignara pense que isso é um feito altruístico, é bom lembrar que Jesualdo não sobreviverá apenas com os R\$ 6 mil do salário de prefeito.

Ele tem a polpuda e invejada aposentadoria de conselheiro do TCE, no mínimo de R\$ 30 mil.



# Até conselheiro morto vai receber auxílio moradia

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e procuradores do Ministério Público de Contas receberão benefício retroativo

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí deverá desembolsar cerca de R\$ 3,6 milhões no pagamento

de auxílio moradia a conselheiros e procuradores. O pagamento será retroativo ao período de setembro

de 2009 a setembro de 2011 e vai beneficiar seis conselheiros titulares, quatro substitutos, cinco

procuradores do Ministério Público de Contas, dois conselheiros aposentados e dois já falecidos.

Os familiares de Xavier Neto e Jaime Amorim, mortos em acidente aéreo em 2012 poderão requerer

o pagamento de R\$ 65 mil e R\$ 91 mil, respectivamente.

Pág. 02

## Auxílio moradia



Famílias do ex-Conselheiro Xavier Neto e do ex-conselheiro substituto Jaime Amorim, mortos em acidente aéreo podem requerer benefício.

## TCE vai pagar R\$ 3,6 milhões a conselheiros

Pagamento do auxílio mensal de R\$ 2,7 mil poderia ter sido requerido desde setembro de 2009

Nayara Felizardo  
D PortalODia.com

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e procuradores do Ministério Público de Contas ganharam o direito de receber um dinheiro extra referente ao pagamento de auxílio moradia retroativo. E o valor é alto! A previsão é de gastar R\$ 3,6 milhões com o benefício, considerando o período de setembro de 2009 a agosto de 2014.

O valor mensal é de R\$ 2.750 referente ao período de setembro de 2009 a setembro de 2011. A partir

de então, o auxílio moradia foi reajustado para R\$ 4.477. Quem já era conselheiro em 2009 vai receber mais de R\$ 220 mil.

Ao todo, 19 pessoas terão direito ao benefício. São seis conselheiros titulares, quatro substitutos, cinco procuradores do Ministério Público de Contas e dois conselheiros aposentados e dois já falecidos: Xavier Neto e Jaime Amorim, mortos no acidente aéreo ocorrido em 2012. Os familiares deles poderão requerer as quantias aproximadas de R\$ 65 mil e R\$ 91 mil, respectivamente.

Os beneficiários terão que fazer a solicitação para receber o auxílio moradia retroativo. Em dúvida sobre se teria o direito, o conselheiro Olavo Rebêlo solicitou informações ao TCE. "Todos recebem um auxílio alimentação e eu, a conselheira Lillian e o conselheiro Kléber, que entramos depois no TCE, não temos. Por isso fiz esse requerimento, mas ainda não tive resposta", explicou Rebêlo, que é conselheiro desde 2005.

Até agora, nenhum conselheiro ou procurador recebeu o dinheiro. Em

nota, o TCE informou que está "a buscar subsídios que embasem ainda mais uma tomada de decisão que esteja absolutamente dentro da legalidade".

O pagamento do benefício não é ilegal. O direito é garantido a todos que exercem a carreira de magistratura, mesmo que o beneficiário more no local da sede e possua residência própria. De acordo com as informações apuradas pelo PortalODIA, pelo menos dois conselheiros discordaram da decisão e poderão abdicar desse dinheiro.

## **TCE diz que CNJ regulamentou pagamentos**

Em nota, a assessoria do TCE argumentou que o direito ao auxílio-moradia aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ

e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público, após decisão do Ministro Luiz Fux, do STF. Em seguida, a mesma premissa foi estendida aos Tribunais de Contas, por força dos artigos 73 e 75 da Constituição Federal.

“Reconhecido o direito, surgiu a discussão quanto aos valores retroativos, sabendo-se que os créditos contra o Poder Público prescrevem em cinco anos, tendo o TCE-PI reconhecido o direito para evitar eventual prescrição. A decisão

ocorreu em regular processo no Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável”, diz a nota.

(Nayara Felizardo)





Com base em medida do STF - 03/09/2015 às 08h07

## OAB quer suspensão do pagamento de auxílio moradia dado pelo TCE-PI

Decisão determina o pagamento retroativo de auxílio-moradia aos membros do TCE-PI e MPC



Conheça como funciona  
o 180 por dentro



O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, Willian Guimarães, encaminhou ofício nesta quarta-feira (02) ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Luciano Nunes Santos, solicitando a suspensão da decisão nº 23/15-ADM da referida Corte, que determina o pagamento retroativo de auxílio-moradia aos membros do TCE-PI e Ministério Público de Contas.

O retroativo é referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2014 e corresponde a valor superior a três milhões de reais.

Em documento, a OAB-PI explica que o referido auxílio passou a ser pago aos magistrados brasileiros a partir de medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Originária nº 1.773-DF, de 15 de setembro de 2014 (DJE nº 181, divulgado em 17/09/2014). A ação, no entanto, é expressa no sentido de não autorizar o pagamento retroativo da verba em questão. "Aduza-se que os efeitos da presente liminar serão contados a partir da sua publicação".

Ademais, existe um parecer da Procuradoria-Geral da República que deixa claro o efeito não retroativo da medida. "A OAB-PI enviou ofício ao TCE-PI se contrapondo a decisão de pagamento retroativo do auxílio moradia, considerando o caráter precário da decisão do STF, que, aliás, tem efeito ex nunc", comentou o presidente da Seccional, Willian Guimarães.



Retroativo é de R\$ 3,6 milhões - 02/09/2015 às 18h09

## Procurador Geral no TCE-PI recusa receber auxílio proposto por Olavo

Valor a ser pago a todos os conselheiros e membros do MP do Tribunal chega a R\$ 3,6 milhões



### Como ir do estágio à gerência



O procurador geral Márcio Vasconcelos e o vice presidente do TCE Olavo Rebelo

### VEJA OS BENEFICIADOS...

O procurador geral do Ministério Público do Tribunal de Contas, Márcio Vasconcelos, "recusou" receber o auxílio moradia retroativo que está em análise no TCE e que seria devido a conselheiros e membros do Ministério Público de Contas. O valor totaliza R\$ 3.631.901,94 dividido para 19 membros, proporcional ao tempo na Casa.

O requerimento administrativo que trata deste assunto está em análise dentro do Tribunal desde o primeiro semestre deste ano e tem como autor o conselheiro Olavo Rebelo, que é vice presidente do Tribunal. Este mês, essa solicitação acabou por ser aprovada de forma unânime pelo plenário da Corte de Contas e ganhou notoriedade após trechos vazarem via WhatsApp.

O pedido do conselheiro tem como base uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), após análise de ação ordinária que beneficia os juízes federais, e que acabou sendo estendida através de pedidos sequenciais para toda a magistratura brasileira.

### AUSÊNCIA DE PARECER JURÍDICO

Em contato por telefone, o procurador geral Márcio Vasconcelos, por sua vez, disse que quando da análise do trâmite e

do teor desse requerimento administrativo, se constatou a ausência de um parecer jurídico.

Isso foi então informado ao presidente do TCE, Luciano Nunes, que acabou por acatar o pedido de seguir todos os ritos necessários para a análise do requerimento.



Márcio Vasconcelos também formalizou ao presidente do TCE a informação de que não queria receber essa regalia. “Eu formalizei dizendo que não queria receber”, falou, até que a legalidade do pagamento ou do direito de receber esses valores fosse comprovada.

Informou ainda que esse cálculo, superior a R\$ 3,6 milhões, foi feito somente após a aprovação pelo pleno da Corte de Contas. Ou seja, os conselheiros aprovaram algo que não sabiam quanto nem qual impacto acarretaria.

A matéria deverá ser reanalisada.

#### **“DEVIDAMENTE INSTRUÍDO”**

O TCE chegou a divulgar uma nota para a imprensa dizendo que “a decisão ocorreu em regular processo no Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável”.

Um dos artigos da Constituição Federal usados por Olavo Rebello para embasar o pedido foi o 73, no seu parágrafo 3º, que dita que “os ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do artigo 40”.

Na decisão do Supremo há uma série de impedimentos existentes na própria Constituição para o não pagamento desse auxílio, um deles é a existência de imóvel funcional sendo usado por algum desses membros, o que parece não ser o caso do TCE do Piauí, onde todos eles moram em local próprio.

Um ponto que está sendo questionado no requerimento administrativo - além do momento econômico por que passa o país - diz respeito à retroatividade requerida, desde o ano de 2009, para resguardar um direito a ser incluso nos passivos do Tribunal.

É que como a prescrição desses valores é quinquenal, ou seja, 5 anos, e a decisão do Supremo é de setembro de 2014, em tese ela alcançaria a partir de setembro de 2009.

“Aqui todos têm passivo trabalhista a receber no Tribunal [de Contas], conselheiros e servidores”, disse o autor do requerimento administrativo, Olavo Rebello.

Também ressaltou que “se tiver um conselheiro que nunca recebeu um auxílio foi eu”. Olavo Rebello se referia, segundo ele, ao auxílio alimentação, e que somente ele e a conselheira Lília Martins não receberiam devido às datas que entraram no Tribunal.

A nota emitida pelo TCE afirma que outros Tribunais já efetuaram “o pagamento retroativo” do auxílio moradia.

#### **SEM EXPOSIÇÃO NO SITE**

Essa discussão e as decisões em torno do assunto não estavam disponíveis no site institucional, mesmo ele tendo ampliado o seu rol de informações expostas ao cidadão últimos dias.

O novo conselheiro Kléber Dantas Eulálio não é beneficiado com uma possível decisão favorável, já que entrou agora na Corte de Contas.

## **AO TODO SERIAM 19 BENEFICIADOS**

### **\* Conselheiros\_\_\_\_\_**

- Luciano Nunes: **R\$ 221.970,55** (presidente)
- Olavo Rebelo: **R\$ 221.970,55** (vice-presidente)
- Abelardo Pio Vilanova e Silva: **R\$ 221.970,55** (corregedor-geral)
- Joaquim Kennedy Nogueira Barros: **R\$ 221.970,55** (ouvidor)
- Lilian Martins: **R\$ 221.970,55** (controlador Interno)
- Waltânia Alvarenga: **R\$ 221.970,55** (presidente da 2ª Câmara)

### **\* Conselheiros Substitutos\_\_\_\_\_**

- Jaylson Fabianh Lopes Campelo: **R\$ 221.970,55**
- Delano Câmara: **R\$ 221.970,55**
- Jackson Nobre Veras: **R\$ 221.970,55**
- Alisson Felipe de Araújo: **R\$ 221.970,55**

### **\* Procuradores\_\_\_\_\_**

- Márcio Vasconcelos: **R\$ 221.970,55** (procurador-geral do MP do TCE)
- Plínio Valente Ramos Neto: **R\$ 221.970,55**
- Raissa Maria Rezende de Deus: **R\$ 221.970,55**
- Leandro Maciel do Nascimento: **R\$ 221.970,55**
- José Araújo Pinheiro Júnior: **R\$ 221.970,55**

### **DEMAIS\_\_\_\_\_**

Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco: **R\$ 221.970,55** (conselheiro aposentado)  
Sabino Paulo: **R\$ 23.153,23** (conselheiro aposentado)  
Xavier Neto: **R\$ 65.269,29** (conselheiro já falecido)  
Jaime Amorim Júnior: **R\$ 91.485,95** (conselheiro substituto já falecido)

**Total: R\$ 3.631.901,94**

Repórter: Rômulo Rocha  
Publicado Por: Rômulo Rocha





Auxílio Moradia de R\$ 3,6 mi - 03/09/2015 às 09h45

## Lília Martins disse que se auxílio for legal não vê problema em recebê-lo

Curtir

0

Tweet

0

G+1

0

Compartilhar

**Conheça como funciona o 180 por dentro**



Repórter: Rômulo Rocha  
Publicado Por: Rômulo Rocha

A conselheira Lília Martins dizia nesta quarta-feira (2), ao [Blog Bastidores](#), que ainda não havia se “debruçado” sobre o requerimento administrativo que prevê o pagamento de mais de R\$ 3,6 milhões em auxílio moradia para conselheiros do Tribunal de Contas e membros do Ministério Público da Corte de Contas.

Mas que em sendo legal o pagamento, não via problema nenhum em receber.

A ela caberia, retroativo, desde 2009, a quantia de R\$ 221.970,55.


- [Procurador Geral no TCE-PI recusa receber auxílio proposto por Olavo](#)



## O pagamento de auxílio-moradia de R\$ 3,6 milhões no TCE


02/09/15, 17:51

 Curtir

 Compartilhar

11

 0

 Tweetar 0

O belo exemplo da Corte de Contas. O Tribunal de contas do Estado TCE deve ressarcir R\$ 3.631.901,94 para 27 servidores a título de pagamento de auxílio-moradia. Não é ilegal, mas o caráter ético deste pagamento é questionável. A decisão, que é legal, beneficia 27 servidores bem especiais: os sete conselheiros da Corte, os procuradores do Ministério Público de Contas e os conselheiros substitutos.

Segundo uma tabela que o blog teve acesso, do total de 27 indenizações, 15 delas chegam ao valor individual de R\$ 221.970,55. Em nota encaminhada para a imprensa, o TCE, explicou que o pagamento do valor está em estudo. Para seja feito dentro da legalidade.

Todos os meses estes 27 servidores públicos recebem individualmente a quantia de R\$ 4.733,73, mesmo que eles residam em Teresina e realizando o trabalho na capital. A lei garante este benefício ao TCE, já que conselheiros, procuradores e conselheiros substitutos têm os mesmos benefícios dos membros do Judiciário e do Ministério Público.

### **Nota de esclarecimento**

*O direito ao auxílio-moradia aos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP, após decisão do Ministro Luiz Fux, do STF, nos autos da Ação Ordinária nº 1.773/DF.*

*Referido direito foi estendido aos Tribunais de Contas, por força do arts. 73 e 75 da Constituição Federal.*

*Reconhecido o direito, surgiu a discussão quanto aos valores retroativos, sabendo-se que os créditos contra o Poder Público prescrevem em cinco anos, tendo o TCE-PI reconhecido o direito para evitar eventual prescrição. A decisão ocorreu em regular processo no Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável.*

*Contudo, e apesar de outros Tribunais já haverem efetuado o pagamento retroativo, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí até o presente momento não efetuou nenhum pagamento, estando a buscar subsídios que embasem ainda mais uma tomada de decisão que esteja absolutamente dentro da legalidade.*

*O Tribunal de Contas não se afastará, em momento algum, do cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública, buscando garantir a boa e regular aplicação dos recursos e conferindo a todos os seus processos total transparência.*



## Auxílio-Moradia

03/09/15, 09:42

[Curtir](#) [Compartilhar](#) 0

[G+1](#) 0

[Tweetar](#) 0

### AUXÍLIO-MORADIA AOS MEMBROS DO TCE-PI



## TCE diz que auxílio moradia está dentro da lei

02/09/2015 • 13:50

Notícia

aaa

### Da Redação do Portal AZ

O Tribunal de Contas do Estado negou nesta quarta-feira (2) que tenha feito o pagamento de R\$ 3.631.901,94 referente ao auxílio-moradia retroativo ao ano de 2009.



De acordo com a nota enviada ao **Portal AZ** o pagamento se for feito está dentro da lei. "O direito ao auxílio-moradia aos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP, após decisão do Ministro Luiz Fux, do STF, nos autos da Ação Ordinária nº 1.773/DF. Referido direito foi estendido aos Tribunais de Contas, por força do arts. 73 e 75 da Constituição Federal", diz a nota.



A nota diz ainda a discussão deve-se aos valores retroativos, já que os créditos contra o Poder Público prescrevem em cinco anos, tendo o TCE-PI reconhecido o direito para evitar eventual prescrição.

"A decisão ocorreu em regular processo no Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável".

***Veja abaixo a nota completa:***

*O direito ao auxílio-moradia aos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP, após decisão do Ministro Luiz Fux, do STF, nos autos da Ação Ordinária nº 1.773/DF.*

*Referido direito foi estendido aos Tribunais de Contas, por força do arts. 73 e 75 da Constituição Federal.*

*Reconhecido o direito, surgiu a discussão quanto aos valores retroativos, sabendo-se que os créditos contra o Poder Público prescrevem em cinco anos, tendo o TCE-PI reconhecido o direito para evitar eventual prescrição. A decisão ocorreu em regular processo no Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável.*

*Contudo, e apesar de outros Tribunais já haverem efetuado o pagamento retroativo, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí até o presente momento não efetuou nenhum pagamento, estando a buscar subsídios que embasem ainda mais uma tomada de decisão que esteja absolutamente dentro da legalidade.*

*O Tribunal de Contas não se afastará, em momento algum, do cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública, buscando garantir a boa e regular aplicação dos recursos e conferindo a todos os seus processos total transparência.*

*Teresina (PI), 02 de setembro de 2015.*

## OAB-PI solicita imediata suspensão de auxílio moradia concedida pelo TCE-PI

Publicado por: Manoel José  
03/09/2015 08h58 - Atualizado em 03/09/2015 09h58

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, Willian Guimarães, encaminhou ofício nesta quarta-feira (02) ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Luciano Nunes Santos, solicitando a suspensão da decisão nº 23/15-ADM da Corte de Contas, que determina o pagamento retroativo de auxílio-moradia aos membros do TCE-PI e Ministério Público de Contas.

Leia mais: **Servidores têm casa, mas TCE paga R\$ 3,6 milhões em auxílio-moradia**



Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, Willian Guimarães (Foto: Nataniel Lima/O Olho)

O retroativo é referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2014 e corresponde a valor superior a R\$ 3 milhões.

Em documento, a OAB-PI explica que o auxílio passou a ser pago aos magistrados a partir de medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Originária nº 1.773-DF, de 15 de setembro de 2014. A ação, no entanto, é expressa no sentido de não autorizar o pagamento retroativo da verba. "Aduza-se que os efeitos da presente liminar serão contados a partir da sua publicação".

Também, segundo a OAB-PI, existe um parecer da Procuradoria-Geral da República que deixa claro o efeito não retroativo da medida. "A OAB-PI enviou ofício ao TCE-PI se contrapondo a decisão de pagamento retroativo do auxílio moradia, considerando o caráter precário da decisão do STF, que, aliás, tem efeito ex nunc", disse Willian Guimarães.



## Servidores têm casa, mas TCE paga R\$ 3,6 milhões em auxílio-moradia

Publicado por: Claudio Barros

02/09/2015 08h50 - Atualizado em 02/09/2015 09h12

Olha que coisa bacana para quem cuida do acerto de contas públicas no Piauí: **19 integrantes do Tribunal de Contas do Piauí** – dois deles já falecidos – vão receber dos cambaleantes cofres públicos piauienses a quantia de R\$ 3.631.901,94.

O dinheiro generosamente oferecido aos integrantes do Tribunal de Contas do Piauí é resultado de um incompreensível “auxílio-moradia”. Uma vez que residem em Teresina, em imóveis de elevado padrão e de sua propriedade, todos os beneficiários deste refresco dulcíssimo financiado pelo Tesouro estadual, fica difícil entender porque lhes é devido esse tal benefício.

AUXILIO MORADIA						
PERÍODO DE SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2014						
MEMBROS - RESUMO						
Atualizada até AGOSTO/2015						
MAT Nº	MEMBRO	COMPETÊNCIAS PAGAS	PRINCIPAL - R\$	VALOR PAGO - R\$	SALDO - R\$	
96449-2	ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97172-3	ALISSON FELIPE DE ARAUJO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
87978-9	ANFRISIO NETO LOBAO CASTELO BRANCO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
96479-4	DELANO CARNEIRO DA CUNHA CAMARA	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97524-9	GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	0/22	65.269,29	0,00	65.269,29	
96649-5	JACKSON NOBRE VERAS	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
96450-6	JAIME AMORIM JUNIOR	0/31	91.485,95	0,00	91.485,95	
96451-4	JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
96859-5	JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97136-7	JOSE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97135-9	LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97666-0	LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS	0/28	122.435,22	0,00	122.435,22	
86508-7	LUCIANO NUNES SANTOS	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97137-5	MARCIO ANDRE MADEIRA DE VASCONCELOS	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
97274-6	OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
96634-7	PLINIO VALENTE RAMOS NETO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
96633-9	RAISSA MARIA REZENDE DE DEUS	0/9	23.153,23	0,00	23.153,23	
02197-X	SABINO PAULO ALVES NETO	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
96503-X	WALTANIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA	0/60	221.970,55	0,00	221.970,55	
TOTALS			3.631.901,94	0,00	3.631.901,94	

Mas no Brasil tudo pode e há quem possa um pouco mais. Foi o que fizeram magistrados do STF. Em setembro do ano passado, o juiz Luiz Fux, do Supremo, determinou que fosse pago a todos os magistrados brasileiros um auxílio-moradia no valor de R\$ 4.377,73.

Abriu-se uma porteira para uma vaca leiteira que iria espalhar o auxílio a quem pudesse fazer uso da lei por similaridade. E foi o que fizeram os distintos integrantes do Tribunal de Contas do Piauí, decidindo em causa própria.



A decisão do “pague-se-me” abriu-se com pedido do conselheiro Olavo Rebelo, indicado para o TCE por seu ex-companheiro de Partido dos Trabalhadores, hoje novamente governador do Piauí Wellington Dias.

Em documento de 15 de junho deste ano, autoriza que sejam pagos ao conselheiro, a título de auxílio-moradia, retroativo a setembro de 2009, o valor de R\$ 221.970,55. É o mesmo valor pago a Abelardo Pio Vilanova, Alisson Felipe de Araújo, Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco (conselheiro aposentado), Delano Câmara, Jackson Veras, Jaylson Campelo, Kennedy Barros, José Araújo Pinheiro Junior, Leandro Maciel do Nascimento, Luciano Nunes (atual presidente do TCE), Márcio André Vasconcelos, Plínio Valente Neto, Raíssa Maria Rezende de Deus, e Waltânia Alvarenga.

Valores menores foram pagos em nome do ex-conselheiro Xavier Neto (R\$ 65.269,29) e ao ex-auditor Jaime Amorim Junior (R\$ 91.485,95). Os dois faleceram em um acidente aéreo.

Lilian Martins, esposa do ex-governador Wilson Martins, e substituta de Xavier Neto, teve valor de R\$ 122.435,22.

O conselheiro aposentado Sabino Paulo fez justa a R\$ 23.153,23.

#### **OUTRO LADO**

A assessoria de comunicação do TCE-PI entrou em contato com a reportagem do O Olho e se posicionou sobre as informações veiculadas. Leia a íntegra da nota:

*O direito ao auxílio-moradia aos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público foi reconhecido e regulamentado pela Resolução nº 199 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pela Resolução nº 117 do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP, após decisão do Ministro Luiz Fux, do STF, nos autos da Ação Ordinária nº 1.773/DF.*

*Referido direito foi estendido aos Tribunais de Contas, por força do arts. 73 e 75 da Constituição Federal.*

*Reconhecido o direito, surgiu a discussão quanto aos valores retroativos, sabendo-se que os créditos contra o Poder Público prescrevem em cinco anos, tendo o TCE-PI reconhecido o direito para evitar eventual prescrição. A decisão ocorreu em regular processo no Tribunal, devidamente instruído com parecer e decisões judiciais e, como é necessário em processos do gênero, com o cálculo dos valores devidos se a decisão for favorável.*

*Contudo, e apesar de outros Tribunais já haverem efetuado o pagamento retroativo, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí até o presente momento não efetuou nenhum pagamento, estando a buscar subsídios que embasem ainda mais uma tomada de decisão que esteja absolutamente dentro da legalidade.*

*O Tribunal de Contas não se afastará, em momento algum, do cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública, buscando garantir a boa e regular aplicação dos recursos e conferindo a todos os seus processos total transparência.*



## Presidente do TCE nega pagamento de auxílio-moradia retroativo

Publicado por: Claudio Barros

02/09/2015 15h00 - Atualizado em 02/09/2015 16h26

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Luciano Nunes, disse no final da manhã desta terça-feira que nenhum dos integrantes da corte de contas listados para receber auxílio-moradia teve acesso aos valores listados e que somam mais de R\$ 3,6 milhões.

Segundo Nunes, o pagamento poderá ser feito, mas ele não sabe nem quando nem como.

O benefício é entendido como direito por ele e os demais integrantes do TCE favorecidos pelo auxílio, conforme prescreve um dispositivo constitucional.

Nunes disse que o TCE por enquanto apenas informou os valores, por solicitação do conselheiro Olavo Rebelo, para que eles não prescrevam e possam ser posteriormente pagos aos beneficiários.

O conselheiro presidente do TCE queixou-se do conselheiro, pois entendeu que a expressão "imóvel de alto padrão" poderia ser entendido como "mansão". Até brincou, pedindo o endereço de sua mansão, pois alega que reside na mesma casa há três décadas. Uma casa, segundo ele, financiada 30 anos atrás pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Outro integrante da lista do auxílio-moradia de R\$ 3,6 milhões do TCE, o auditor Delano Câmara, também disse que os valores não foram pagos e que o auxílio-moradia tem sido concedido como forma de compensação ao achatamento de salários.

Os integrantes da lista de favorecidos pelo auxílio-moradia, ainda não pago pelo TCE, moram todos em Teresina, em imóveis próprios, e têm rendimentos mensais que superam R\$ 20 mil, o que por ano significa mais de R\$ 260 mil.



COLUNA DO  
**MARCOS MELO**  
marcosmelo@politicadinamica.com



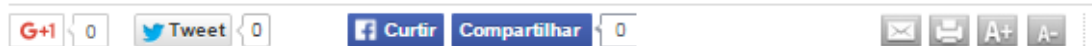
É INVESTIGATIVO.  
É DIRETO DOS BASTIDORES.  
E VOCÊ VAI SABER.

TCE-PI

## PAGAMENTO DEMORADO

RETROATIVO DE AUXÍLIO-MORADIA DEVERÁ DEMORAR

02/09/2015 11:19



O pagamento retroativo do auxílio-moradia aos membros do TCE e do Ministério Público de Contas (MPC) do Piauí já foi solicitado, mas o dinheiro de verdade vai demorar aparecer. De acordo com o conselheiro Jackson Nobre, a solicitação serve como garantia para o direito de receber o benefício não prescreva, já que a decisão sobre a legalidade desse pagamento está em andamento no Conselho Nacional de Justiça.

“O pagamento não foi autorizado. A solicitação é mais para evitar que o direito de recebimento do auxílio não prescreva”, afirma o conselheiro.

A regulamentação do pagamento do auxílio-moradia ocorreu em outubro, quando o plenário do CNJ aprovou a resolução 199/2014 e, desde então, vem provocando atrito entre Judiciário e Executivo em razão do impacto nos cofres públicos.





TCE-PI

## PAGAMENTO DEMORADO

RETROATIVO DE AUXÍLIO-MORADIA DEVERÁ DEMORAR

02/09/2015 11:19

0 Tweet Curtir 0

O pagamento retroativo do auxílio-moradia aos membros do TCE e do Ministério Público de Contas (MPC) do Piauí já foi solicitado, mas o dinheiro de verdade vai demorar aparecer. De acordo com o conselheiro Jackson Nobre, a solicitação serve como garantia para o direito de receber o benefício não prescreva, já que a decisão sobre a legalidade desse pagamento está em andamento no Conselho Nacional de Justiça.

“O pagamento não foi autorizado. A solicitação é mais para evitar que o direito de recebimento do auxílio não prescreva”, afirma o conselheiro.

A regulamentação do pagamento do auxílio-moradia ocorreu em outubro, quando o plenário do CNJ aprovou a resolução 199/2014 e, desde então, vem provocando atrito entre Judiciário e Executivo em razão do impacto nos cofres públicos.